

Jane Araújo



Paulo de Tarso (E) afirma que esquema de arrecadação na prefeitura era comandado por amigo de Lula

Ex-secretário aponta esquema de arrecadação

Ex-secretário Paulo de Tarso Venceslau denunciou à CPI dos Bingos esquema de arrecadação junto a fornecedores da prefeitura de São José dos Campos (SP) em benefício do PT. **Página 6**

Moreira Moritz



Tensão na CPI dos Correios: o advogado Marcus Valerius Pinto (terceiro à esquerda), acusado de desacato, é detido pela comissão

CPI dos Correios prende depoente

A CPI dos Correios prendeu ontem à tarde, em flagrante, por desacato, o advogado Marcus Valerius Pinto. Ele foi solto depois de prestar depoimento à Polícia do Senado. **Página 5**

FIM DO SALÁRIO EXTRA NA CONVOCAÇÃO

Presidente do Senado anuncia decisão de líderes de acabar com a ajuda de custo. Projeto foi aprovado ontem pela Câmara dos Deputados

José Cruz



Renan Calheiros (C) comanda a reunião dos líderes partidários: presidente do Senado observa que convocação é "fundamental para votarmos matérias de interesse do país"

O Senado deverá votar as propostas que proíbem salários extras nas convocações extraordinárias do Congresso Nacional e reduzem o recesso parlamentar. Essa foi a decisão dos líderes partidários, anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ontem à noite, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que acaba com o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares durante o período de convocação. A proposta será agora examinada pelo Senado. A reunião com os líderes definiu as matérias que serão analisadas com prioridade pelo Senado, como a que modifica o rito e a edição de medidas provisórias. **Página 3**

Pedida urgência para projeto que amplia ensino fundamental

O Executivo pretende que o Senado vote na convocação extraordinária projeto que aumenta de oito para nove anos a duração do ensino fundamental. O pedido foi feito pelo ministro da Educação, Fernando Had-

dad, ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Outro projeto para o qual Haddad pediu atenção é o que prevê concessão de bolsas de estudo a professores de educação básica para que façam cursos de licenciatura. **Página 4**

Moreira Moritz



Comissão de Orçamento recebe com críticas o relatório do deputado Wasny de Roure

Educação perde R\$ 649 milhões no Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento começou a discutir ontem o relatório de quatro áreas: educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte. Elas terão uma redução de 4,3% nos recursos. **Página 7**

Senador cobra dos governos federal e estaduais medidas para conter a queda na produção e critica as autoridades responsáveis pelo falso anúncio de surto de febre aftosa no Paraná

Osmar Dias alerta para impactos da crise do agronegócio brasileiro

Falando em nome da liderança do PDT, o senador Osmar Dias (PR) alertou ontem para as consequências da crise do agronegócio, da agricultura e da agroindústria no interior do país. Criticou especialmente a política monetária do governo, que, segundo ele, prejudica os agricultores do Sul, e o descumprimento da promessa de criar um seguro contra a quebra da produção.

Osmar Dias cobrou do governo federal e dos estados, em particular do seu, a adoção de políticas saneadoras da crise para que o pobre não tenha que pagar a conta. Ele não considera possível distribuir cestas básicas com queda tão acentuada no agronegócio.

O parlamentar lembrou o avanço da indústria em oito regiões e comparou o crescimento de 13% em Pernambuco com a mé-



Queda da produção pode inviabilizar entrega de cestas básicas, afirma Osmar

dia nacional de 0,6% e a queda ocorrida nos estados do Sul: Rio Grande do Sul, -3,4%; Santa Catarina, -2,2%; e o seu estado, o Paraná, -10,4%. Segundo observou, a indústria vem sentindo os reflexos da crise na agricultura. Além da estiagem que atingiu a região Sul, o senador responsabi-

lizou a política cambial pela redução no preço das *commodities* e também o fomento da política de importação de trigo argentino e de arroz, gerando perda de renda para os agricultores.

De acordo com o líder do PDT, se o governo não agir rapidamente, a situação vivida no campo em 2005 deve se repetir.

– A agricultura ficou estagnada pelo clima e pela paralisação do governo, que não deu crédito, prometeu instalar o seguro da produção e não o fez – disse.

Osmar lamentou ainda o despreparo das autoridades responsáveis pelo falso anúncio de febre aftosa no Paraná, que atingiu a indústria de aves, a pecuária de leite, laticínios, frigoríficos e a suinocultura, e teve como consequência o péssimo desempenho da indústria no Paraná.

Ideli presta homenagem aos 145 anos da Caixa Econômica Federal

Ideli Salvatti (PT-SC) homenageou ontem a Caixa Econômica Federal pela passagem dos seus 145 anos de existência. A senadora afirmou que a instituição tem sido “o cofre seguro das classes mais pobres”, sempre atuando em favor da melhoria de vida dos brasileiros. Ideli lembrou que a Caixa foi criada em 1861 por dom Pedro II.

A senadora destacou a estreita relação da Caixa com a população de baixa renda, por meio da

prestação de serviços de poupança, penhor e habitação, além do gerenciamento do Programa de Integração Social (PIS), do Seguro-Desemprego e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ela acrescentou que a instituição tem servido de instrumento para os programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa-Família.

Ideli mostrou o aumento do volume de aplicações nos últimos três anos, com a contratação de



Estreita relação da Caixa com a população de baixa renda foi destacada por Ideli

R\$ 10,6 bilhões para habitação e desenvolvimento urbano. Segundo a senadora, desde a presidência do general João Baptista Figueiredo não se via desempenho tão satisfatório.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx>

Plenário deve votar MPs e destrancar a pauta

Os senadores podem votar hoje, em sessão deliberativa marcada para as 14h, quatro medidas provisórias que bloqueiam a pauta do Plenário. Entre elas, a que autoriza crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30 milhões; a que institui abono aos militares; e a que abre crédito de R\$ 159 milhões, em favor dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades.

Congresso recepciona Néstor Kirchner

O Congresso Nacional realiza hoje sessão conjunta, às 16h30, destinada a recepcionar o presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, serão os oradores da sessão, que ocorrerá no Plenário do Senado. Antes, às 13h30, Renan participa de almoço oferecido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao presidente da Argentina, no Palácio do Itamaraty.



Marcello Casal Jr.

Garibaldi apresenta relatório sobre GTech

O relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), apresenta hoje relatório parcial sobre o caso GTech/Caixa Econômica Federal. Garibaldi deve propor a suspensão do contrato da multinacional para operar rede de lotéricas e pedir o indiciamento de 34 pessoas envolvidas.

Vice-presidente do Rural fala à CPI dos Correios

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios promove reunião administrativa, a partir das 9h. Às 11h, toma o depoimento de José Roberto Salgado, vice-presidente do Banco Rural.

Missão brasileira no Haiti em debate na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discute amanhã, às 9h30, questões relativas à presença brasileira na missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti.

Comissão do mínimo

A Comissão Mista do Salário Mínimo realiza reunião hoje, às 9h, para definir roteiro de trabalho. Criada com a finalidade de elaborar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo, a comissão apresentará proposta para o seu novo valor, que passará a vigorar a partir de 1º de maio.

CCJ promove reunião

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje, às 9h30, ofícios do STF decretando inconstitucionalidade de leis dos municípios de São Paulo e Diadema sobre progressividade do IPTU e de dispositivo da Lei Orgânica do TCU sobre sigilo de autoria de denúncias.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos, Pedro Simon, Leonel Pavan e Augusto Botelho e pela senadora Serys Slhessarenko

Intimação sobre faltas "era redundância"

Vários senadores manifestaram apoio à atitude do presidente do Senado, Renan Calheiros, de não receber, na segunda-feira, o oficial de Justiça que iria intimá-lo de decisão do juiz Márcio José de Aguiar Barbosa, em exercício na 20ª Vara Federal de Brasília, determinando a interrupção do pagamento de salários referentes à convocação extraordinária a parlamentares faltosos desde o dia 16 de dezembro de 2005.

Renan explicou que já está explícito na Constituição federal e no Regimento Interno que o parlamentar faltoso não recebe salário correspondente aos dias não trabalhados.

– Essa intimação era uma redundância, uma exposição para um poder que já está muito exposto – disse Renan.

O presidente do Senado acrescentou que a sociedade “vai se vencer” da importância do Poder Legislativo.

– A democracia não é o melhor regime, mas é o que temos; em vez de desgastá-la, o melhor a fazer é aprimorar nossas instituições – enfatizou.

Renan lembrou ainda que em 2005 o Senado Federal promoveu corte de despesas com custeio e viagens, chegando até a devolver o dinheiro proveniente de uma medida provisória que liberava R\$ 150 milhões para a Casa.

Mal-entendido

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o que considerou uma exposição maldosa da mídia ao mostrar os plenários vazios na televisão entre 16 de dezembro e 15 de janeiro. O ato convocatório para esse período determinava apenas o funcionamento das comissões. Valadares parabenizou Renan por esclarecer à população que a convocação extraordinária evitou procrastinar as investigações em curso nas comissões parlamentares de inquérito e no Conselho de Ética da Câmara.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), o mal-entendido sobre a convocação extraordinária é fruto de uma tentativa do Poder Executivo de colocar a opinião pública contra o Legislativo. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) cumprimentou Renan por não admitir interferência no Legislativo nem sua submissão a outro poder. Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que um juiz não poderia, “com uma decisão monocrática”, interferir nos atos do Congresso Nacional.

– É uma questão de hierarquia – disse Mão Santa.

Líderes partidários manifestam-se a favor de propostas que acabam com salários adicionais por trabalho extraordinário e reduzem o período de recesso parlamentar



O presidente do Senado, Renan Calheiros (D), preside a reunião de líderes que definiu projetos a serem examinados com prioridade

Renan: Senado votará fim do pagamento extra na convocação

“Os líderes partidários concordaram com a redução do recesso para 60 dias e com o fim dessa excrescência que significa o pagamento em dobro”, informou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao anunciar que a Casa deverá votar propostas proibindo o pagamento de salários extras nas convocações extraordinárias e reduzindo o recesso parlamentar, que hoje é de 90 dias.

Ontem à noite, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de decreto legislativo (PDC 2.075/05) do deputado Raul Jungmann que acaba com o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares durante os períodos de convocação extraordinária. A proposta será agora examinada pelo Senado.

– Esta convocação acabou, de certa forma, desgastando a

imagem do Congresso, mas nós vamos demonstrar, ao fim e ao cabo dos nossos trabalhos, que ela foi fundamental para votarmos matérias de interesse do país.

Propostas

Renan acrescentou que, além de alterar as regras da convocação extraordinária, o Senado vai votar o projeto que modifica o rito e a edição das medidas provisórias (PEC 72/05).

– As MPs em excesso retiram a eficácia do Legislativo e são, muitas vezes, a causa de convocações extraordinárias – afirmou.

Segundo o presidente do Senado, também ficou acertada entre os líderes a votação do projeto de lei da Câmara (PLC 143/05) que institui o concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a Timemania. Serão votados ainda os projetos da reforma infraconstitucional do

Código de Processo Civil (PLCs 90/05, 101/05 e 116/05).

Outras matérias acordadas com os líderes para serem votadas prioritariamente durante a convocação, informou Renan, são o PLC 62/05, que trata da gestão de florestas públicas, e o PLS 517/03, que repactua e alonga dívidas oriundas de operações de crédito rural. A Casa também deverá se pronunciar sobre os PLS 226/05, 100/04 e 101/04, que tramitam em conjunto tratando da importação e venda do gás natural.

Renan afirmou que o Senado nunca produziu tanto como no ano que passou. “Nós votamos 1.700 matérias, apesar das três comissões de inquérito e apesar da crise política, que acabou paralisando o Congresso, não como um todo, porque o Senado votou muito.”

ACM e Jefferson apóiam decisão de líderes

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jefferson Péres (PDT-AM) apoiaram a iniciativa dos líderes, anunciada pelo presidente Renan Calheiros, de definir, entre as 31 matérias incluídas na pauta da convocação extraordinária, as prioridades para apreciação no Plenário do Senado. Jefferson Péres discordou de parte da imprensa brasileira que estaria distorcendo a realidade e promovendo “um massacre” contra o Congresso.

– Sou um crítico ácido das fraquezas, erros e mazelas do Congresso. Mas creio que a falha maior no caso dessa convocação

extraordinária foi de comunicação. Apegaram-se ao fato de ela ter iniciado no dia 15 de dezembro, fotografaram os plenários vazios e transmitiram a idéia de que deveríamos estar aqui, quando na verdade o Congresso foi convocado a partir dessa data apenas para permitir o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.

Jefferson lembrou que o Congresso foi convocado efetivamente a partir de 16 de janeiro, data na qual as sessões voltaram a ser realizadas. Ele afirmou ainda que a imprensa não noticia corretamente quando diz que os deputados e

senadores recebem dois meses de salário extra para trabalhar apenas um. Jefferson esclareceu que a ajuda de custo independe do fato de o Congresso ter sido convocado uma semana ou 60 dias.

Já Antonio Carlos Magalhães comunicou ao Plenário que distribuiu, sem exceção, todos os projetos que estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é presidente, incluídos na pauta da convocação extraordinária. Ele anunciou que qualquer relatório que esteja pronto até o início da sessão de hoje será submetido ao plenário da comissão imediatamente.

Agripino quer aprovar novas regras para MPs

José Agripino (PFL-RN) comunicou ao Plenário que, na reunião de líderes realizada na manhã de ontem, sugeriu que fossem escolhidas – entre os 31 itens integrantes da pauta da convocação extraordinária – as prioridades para apreciação do Plenário. Na avaliação do senador, o primeiro ponto a ser debatido deverá ser a PEC 72/05, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que disciplina a edição de medidas provisórias.

– Não reuni a bancada do PFL ainda, mas o farei. Mesmo assim, sugeri que essa PEC, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está pronta para ser votada em Plenário, seja apreciada, uma vez que as medidas provisórias têm se constituído no grande entrave para o trabalho legislativo – destacou Agripino.

Sugestão

O senador sugeriu também a inclusão entre as prioridades da convocação extraordinária das matérias relativas ao recesso parlamentar e à remuneração que é paga a deputados e senadores. Três propostas já tramitaram nas comissões e estão prontas para apreciação do Plenário: PEC 3/00, PEC 12/00 e PEC 14/01.

– Minha posição é diminuir o prazo do recesso e acabar com o pagamento aos parlamentares – disse.

José Agripino informou ainda também ficou acordada entre os líderes a apreciação do PLS 517/03, que repactua e alonga dívidas oriundas de operações de crédito rural e as proposições que alteram o Código de Processo Civil (PLC 90/05, PLC 101/05 e PLC 116/05). Também deverão integrar a lista de prioridades, de acordo com o senador, os projetos que tratam da legislação eleitoral (PLS 389/05, PLS 390/05, PLS 391/05, PLS 392/05 e PDS 569/05) e a PEC 31/00, que trata das licenças-maternidade e paternidade em casos de adoção.



Segundo Agripino, MPs prejudicam andamento dos trabalhos legislativos

Ministro da Educação pede a Renan que coloque em votação dois projetos: o que concede bolsa para estimular formação de professores e o que amplia o ensino fundamental para nove anos

Prioridade aos professores e à educação fundamental

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Educação, Fernando Haddad, que lhe pediu o encaminhamento, com urgência, da votação de dois projetos de lei que constam da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Uma das propostas (PLC 128/05) autoriza a concessão de bolsas de estudo a professores da educação básica para que façam cursos de licenciatura. De acordo com o ministro, os docentes poderão, com essa medida, “capacitar-se mais adequadamente para o exercício do magistério”. O outro projeto (PLC 144/05) estende de oito para nove anos a duração do ensino fundamental, tornando obrigatória a matrícula a partir dos seis anos de idade. Medida semelhante já vem sendo implementada por escolas da rede



Renan Calheiros (C) ouve o ministro Fernando Haddad; à direita, o senador João Alberto

privada e pela rede pública em alguns estados.

O ministro também se disse otimista com a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC 415/05) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

da Educação (Fundeb). A PEC, que tramita na Câmara, institui o Fundeb para financiar a educação infantil (crianças até cinco anos), os ensinos fundamental e médio e a educação de adultos. O Ministério da Educação calcula investir R\$ 4,3 bilhões por ano no Fundeb até 2009.

Presidente do Senado critica CPI das Privatizações

Na entrevista coletiva concedida ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é contra qualquer investigação com objetivo político eleitoral. Ele afirmou que esse tipo de debate prejudica o trabalho parlamentar, pois permite que grupos políticos encurrem seus adversários. Os comentários foram feitos a partir de indagações relativas à CPI recém-criada na Câmara dos Deputados que irá investigar as privatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

– O endereço dessas loucuras não é aqui no Senado – advertiu.

Renan e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, participaram de almoço oferecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme Renan, Lula pediu que fossem priorizadas durante a convocação extraordinária as votações da lei geral das micro e pequenas empresas, do Orçamento para 2006 e do Fundeb.

– Eu disse que íamos mudar as MPs, que são a causa de tudo isso. Elas invertem o processo, deturpam a imagem do processo legislativo, retiram a sua eficácia e quase que obrigam a convocação do Congresso. Mais do que nunca precisam ser modificadas.

Esse é um compromisso que teremos de honrar e vamos honrar. O presidente afirmou que não era contra, mas gostaria que essa mudança fosse ditada pelo consenso – assinalou.

Segundo Renan, Lula lembrou “que esse é um ano muito curto por causa da restrição da lei eleitoral, e quanto mais cedo votarmos o Orçamento, melhor. Nós vamos fazer todo o esforço para votarmos o Orçamento o mais rapidamente possível”.

Eleições presidenciais

Em relação às prévias do PMDB, programadas para o próximo dia 5 de março, Renan disse que não é contrário à sua realização, como também não é contra a adoção de uma candidatura própria do partido nas próximas eleições presidenciais. Para ele, o PMDB precisa de um nome que unifique as diversas correntes e lhe dê competitividade. A seu ver, quem tem a obrigação de apresentar um candidato agora é o PSDB, pois o governador Geraldo Alckmin já anunciou que pretende deixar o cargo em 1º de abril e o prefeito José Serra vai definir se deixa a prefeitura ou não.

– Mas o PMDB tem tempo. As convenções começarão a partir do

dia 10 de junho. Nós não administramos um quadro de escassez de bons nomes. Pelo contrário, nós temos um excesso de bons nomes. Não há ainda um convencimento de ninguém com relação ao nome do melhor candidato. Há o desejo. Todo mundo quer colaborar para escolher o melhor candidato. Tanto Garotinho quanto Rigotto são bons nomes, mas não são nomes que entusiasmam o PMDB – afirmou.

Renan lembrou que, quando o PMDB decidiu participar do governo, Lula foi informado sobre a candidatura própria do partido, e que o presidente sempre concordou com isso. O senador disse que, se for impossível compatibilizar a candidatura própria com a participação no governo, os ministros do PMDB deixarão os cargos, mas o partido garantirá a governabilidade.

– Será uma oportunidade para o partido mostrar ao país que está na governabilidade porque é um partido estratégico. É o maior partido do Congresso, e não por causa de cargos. Se for incompatível, os ministros saem, mas o partido vai ajudar na governabilidade. A saída do PMDB desestabiliza o governo, desestabiliza o país, paralisa o país – concluiu.



Luiz Otávio (ao lado de Romeu Tuma) preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Luiz Otávio faz balanço positivo dos trabalhos da CAE em 2005

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA), apresentou, em pronunciamento, o balanço de 2005 dos trabalhos da comissão. Segundo o senador, em 40 reuniões foram aprovados 18 projetos de lei do Senado, sete projetos de lei da Câmara e cinco propostas de emenda ao Orçamento da União, além de 24 mensagens de empréstimos de interesse de estados e municípios, quatro mensagens de indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), 56 requerimentos e 11 emendas de Plenário.

A CAE promoveu ainda 13 audiências públicas e um seminário internacional sobre a obra do professor Celso Furtado.

Entre os projetos aprovados estão a criação do Fundo Na-

cional de Crédito Florestal, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre motocicletas e o Programa de Saneamento Básico do estado do Ceará. Também foram destaque das atividades da CAE em 2005 o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos estados, DF e municípios brasileiros, o Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro e o Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

Luiz Otávio ressaltou que o trabalho da comissão não é “visto nem observado pela mídia”, pois a CAE “trabalha em silêncio, pesquisa, discute e debate temas muitas vezes áridos, que requerem paciência e maior profundidade de análise, não despertando a atenção dos holofotes”.

Cristovam apresenta proposta alternativa de reforma universitária

As universidades brasileiras deverão adotar um compromisso com a solução de “problemas da realidade”, segundo projeto de reforma universitária (PLS 375/05) apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que aguarda indicação de relator na Comissão de Justiça. De acordo com a proposta, a garantia de atualidade e qualidade do saber e o estímulo à criatividade e à inovação também se encontram entre os preceitos que deverão reger a educação superior.

O início da tramitação do projeto, que ainda será analisado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE), ocorre no momento em que a proposta de reforma universitária elaborada pelo Ministério da Educação aguarda definição da Casa Civil. Mesmo que até fevereiro não chegue ao Congresso uma proposta do governo, a reforma passará a



Para Cristovam, a universidade tem servido de escada social para os mais ricos

ser debatida a partir do projeto de Cristovam.

O senador observa que o papel da universidade tem sido o de “escada social” para indivíduos que já fazem parte da parcela rica da população. A seu ver, a proposta do governo pretende permitir também a entrada de “filhos dos pobres” na universidade, mas não para que os formados, ricos ou pobres, trabalhem “para o povo e para o Brasil”.

CPI pode tentar saída diplomática para ter acesso às contas de Duda

A CPI dos Correios pode buscar uma “saída diplomática” para ter acesso aos dados das movimentações financeiras do publicitário Duda Mendonça no exterior. Essa opção foi defendida ontem pelo deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS), responsável pela Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, e pelo diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), Antenor Pereira Madruga Filho. O DRCI é vinculado ao Ministério da Justiça. A Justiça norte-americana permitiu que o Ministério da Justiça tivesse acesso aos dados, mas não que os compartilhasse com a CPI dos Correios.

– Na minha opinião, essa proibição, determinada por um promotor de Nova York, representa uma intervenção indevida no poder concedido ao Congresso pela Constituição brasileira – declarou Onyx. Para ele, a questão não tem mais caráter técnico, e sim político. Ele afirmou que a comissão

deve buscar o apoio das presidências da Câmara e do Senado, para então mobilizar o Ministério das Relações Exteriores.

O diretor do DRCI se declarou favorável ao compartilhamento de dados entre a CPI e o Ministério da Justiça, e ressaltou que o próprio ministro Márcio Thomaz Bastos enviou uma carta ao governo dos Estados Unidos solicitando o compartilhamento. Mas ele ressaltou que o entendimento da Justiça norte-americana é de que a CPI dos Correios “não tem autoridade” para participar do acordo de cooperação entre os dois países que permitiu ao ministério o acesso aos dados de Duda Mendonça.

Madruga Filho também ressaltou que essas informações foram recebidas com o compromisso de se respeitar as exigências do país cooperante.

– Creio que a proibição foi causada pelo medo de vazamento de dados – disse o diretor do DRCI.



Observado por Tuma (D), Rachid diz que Receita fiscalizou 230 mil pessoas em 2005

Rachid defende integração de informações entre órgãos públicos

Para o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o Fisco precisa ter acesso facilitado a informações bancárias e fiscais de agentes públicos e de empresas que prestam serviços para o governo. Além disso, deveria ter o direito de informar aos órgãos aos quais esses contribuintes são ligados sobre situações comprovadas de irregularidades tributárias, hoje protegidos por sigilo. As empresas públicas poderiam então iniciar investigações disciplinares a respeito desses procedimentos.

Esta foi uma das sugestões de modificação legislativa feita em depoimento à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, ligada à CPI dos Correios, realizado ontem. Para tanto, o secretário afirma ser necessário

o compartilhamento de informações entre órgãos como Banco Central (bancárias) e a Receita (fiscais).

– Falta atuar de forma integrada, com cada instituição respeitando os limites legais da outra, mas trabalhando de forma integrada – disse.

O secretário fez ainda uma exposição sobre a atuação da Receita e de seus integrantes, que fiscalizaram 230 mil pessoas físicas e jurídicas, gerando crédito tributário de R\$ 51,5 bilhões em 2005. Informou também que conta com dados de mais de 80 fontes para detectar variações patrimoniais suspeitas (como dados de cartões de crédito e da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF).

Postura irônica, respostas evasivas e diversas contradições levam CPI dos Correios a decretar a prisão de ex-prestador de serviços à Skymaster, que é solto após ser ouvido pela Polícia do Senado

Advogado é preso por desacato ao prestar depoimento em CPI

O advogado Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo, que prestou serviços para a empresa de transporte aéreo Skymaster, teve decretada sua prisão em flagrante, na tarde de ontem, por desacato, quando prestava depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios. Ele foi solto por volta das 21h, depois de ser interrogado pela Polícia do Senado e assinar termo circunstanciado de compromisso de comparecer à Justiça.

Foram destinados a Marcus Valerius saques de cerca de R\$ 1 milhão realizados pelo segurança Francisco Marques Carioca nas contas da Skymaster, a pedido de João Marcos Pozzetti, diretor-financeiro da transportadora, em datas próximas às de renovações de contratos suspeitos com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), sem licitação. A CPI acredita que os recursos dos saques eram utilizados no pagamento de propinas a funcionários e dirigentes dos Correios.

Ele desrespeitou os membros da comissão em diversos momentos durante o depoimento, não só pela postura irônica, pelas respostas evasivas e pelas inúmeras contradições em que incorreu, mas também por interromper os parlamentares enquanto estes faziam seus questionamentos.

O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), que coordena os trabalhos da sub-relatoria, advertiu o advogado por várias vezes,



Após decretada sua prisão, Marcus Valerius (segundo à direita) é levado por policial

lembrando que ele depunha na condição de testemunha, sem a proteção de *habeas corpus*.

A tensão subiu quando o deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) informou que o depoente tinha problemas com a Receita Federal, por não haver declarado seu Imposto de Renda como deveria, em anos anteriores. Como o advogado disse que não tinha conta bancária, o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG) opinou que a CPI deveria quebrar os sigilos de sua irmã e da esposa.

– E da mãe? – perguntou Marcus Valerius.

Exigindo respeito, Geraldo Thadeu pediu a prisão imediata do advogado. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), foi, então, consultado. Após alguns minutos de interrupção, diante do presidente, do relator, Osmar Serraglio (PMDB-PR) e de vários membros, o sub-relator Cardozo comunicou à comissão a decisão unânime.

Segurança admite encontro com sócio da Skymaster

O segurança Francisco Marques Carioca, que trabalha na empresa Cortez Câmbio e Turismo, de Manaus (AM), reconheceu, ontem, que almoçou com João Marcos Pozzetti, sócio da Skymaster, no último domingo. Carioca negou que tenha conversado com Pozzetti sobre o segundo depoimento que viria a dar na CPI dos Correios e afirmou não ter sido ameaçado nem ter recebido oferta de dinheiro por parte do empresário.

Carioca tentou convencer os parlamentares que seu encontro com Pozzetti, ocorrido num restaurante que pertence ao irmão deste último, aconteceu por acaso. O sub-relator de Contratos da

comissão, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), disse não acreditar nas afirmações do segurança e suspendeu o depoimento. O deputado quer agora realizar uma acareação entre ele e o advogado da Skymaster, Marcus Valerius Macedo. Por sugestão do deputado Geraldo Tadeu (PPS-MG), a CPI ofereceu segurança para Carioca.

Francisco Marques Carioca havia admitido, em depoimento anterior, ter feito 27 saques das contas da Skymaster a pedido de Marcus Valerius, totalizando R\$ 1,036 milhão. O advogado afirmou, em depoimento à CPI, que devolvia o dinheiro sacado da Skymaster a Pozzetti, sócio

da empresa. Há suspeita de que os valores tenham sido usados para o pagamento de propina nos Correios, estatal para a qual a Skymaster prestava serviço.

Após Carioca, foi ouvido o chefe do departamento financeiro da Skymaster, Reginaldo Régis Menezes Fernandes. O funcionário da empresa de transporte aéreo informou que os saques que fazia a mando de Pozzetti destinavam-se ao pagamento de fornecedores e de funcionários, apesar de dizer também que o pagamento de pessoal era feito diretamente na conta dos empregados da empresa. Reginaldo Fernandes é acusado de remessa ilegal de dólares para o exterior.

Economista expulso do PT afirma, em depoimento à CPI dos Bingos, que esquema de corrupção na prefeitura de São José dos Campos era do conhecimento de Lula, então presidente do partido

Ex-secretário confirma denúncia de caixa dois em prefeitura de SP

Em depoimento à CPI dos Bingos, o economista e ex-secretário de Finanças de São José dos Campos (SP) Paulo de Tarso Venceslau voltou a confirmar a denúncia de um suposto esquema de arrecadação de dinheiro na prefeitura. As irregularidades, disse, teriam sido operadas por meio da Consultoria para Empresas e Municípios (Cpem), pertencente a Roberto Teixeira, e eram do conhecimento do então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Expulso do PT em 1998, Paulo de Tarso atuou como secretário de Finanças de Campinas (SP), na gestão de Jacó Bittar (1989/92), e de São José dos Campos, na administração de Ângela Guadagnin (1993/96). Segundo explicou, no começo dos anos 90 foi chamado para participar de uma reunião entre Bittar e os irmãos Roberto e Dirceu Teixeira, que apresen-

taram ao prefeito um projeto que poderia aumentar a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O ex-secretário teria argumentado, na ocasião, que o projeto seria revisto pelos técnicos da prefeitura e que os irmãos Teixeira deveriam participar de licitação. Mas, salientou, os irmãos alegaram que a Cpem tinha notória especialização, e por isso não precisava concorrer.

Dias depois, conforme o economista, os irmãos Teixeira mantiveram na capital paulista um encontro com Lula, que posteriormente teria convidado Paulo de Tarso para discutir a proposta da empresa.

– Lula disse que o trabalho era bom, mas eu disse a ele que a proposta tinha que ganhar concorrência. Jacó Bittar saiu do partido, contratou a Cpem e, por causa

disso, teve os bens bloqueados por ação do Ministério Público, que julgou o serviço prejudicial ao município.

O atual diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, conforme Paulo de Tarso, circulava por São José dos Campos querendo saber quais as empresas que tinham dinheiro a receber da prefeitura.

Sem apresentar provas, Paulo de Tarso afirmou aos integrantes da CPI que Roberto exerce “poder brutal” na Infraero. “Tem mais mistérios na Infraero hoje que avião de carreira no ar. Se quiserem confusão, é só ver quem manda na Infraero. Não tenho intimidade com Roberto Teixeira, mas ele foi o primeiro a ser recebido após a posse pelo presidente Lula, que morou mais de dez anos de graça na casa dele”.



Efraim, entre Paulo de Tarso (E) e Garibaldi Alves, anuncia que colegiado pode decidir hoje sobre quebra de sigilo de Paulo Okamoto

CPI deve votar convocação de Roberto Teixeira

Após as cinco horas do depoimento do economista Paulo de Tarso, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), afirmou que o presidente Lula tinha conhecimento do esquema de arrecadação de recursos em prefeituras petistas. O parlamentar ressaltou que o atual diretor-presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo pessoal de Lula, era um dos principais articuladores do esquema.

– Está claro também que o PT não tinha um plano de governo para o país, era apenas um plano de poder – criticou Efraim.

O presidente da CPI anunciou que o colegiado deve votar hoje o requerimento que pede a quebra dos sigilos de Okamoto. Dependendo dos dados recebidos pela

comissão, acrescentou Efraim, o diretor-presidente do Sebrae poderá ser reconvocato para prestar depoimento. Outro requerimento que pode ser apreciado na mesma reunião é o que convoca Roberto Teixeira, o principal alvo das acusações de Paulo de Tarso durante o depoimento que prestou ontem.

Na oitava, Paulo de Tarso fez diversas críticas ao PT e ao presidente Lula. O depoente deixou claro o ressentimento que guarda por ter sido expulso do partido em 1998.

– Lula é um caudilho, ele rasgou o estatuto do PT. Se não se diz amém para ele, não se tem oportunidade no PT. Ele é pernicioso para o PT e para a política nacional. Ele destruiu um partido

que levará anos para se recuperar. A camarilha que comanda o PT fez um estrago na esquerda brasileira que a direita nunca conseguiu fazer – desabafou o ex-petista.

Paulo de Tarso informou que, em razão das denúncias de irregularidades praticadas pela Cpem, chegou a ser processado pelo próprio Lula, por Roberto Teixeira, por Paulo Okamoto e pelo ex-deputado federal José Dirceu, que seria um dos responsáveis pela sua indicação aos cargos de secretário de Finanças.

– Ganhei todas as ações. A Justiça não deu razão a eles, mas as ações caducaram e não foram até o fim. Isso é o Judiciário brasileiro, mas posso fornecer todas as sentenças à comissão.

Virgílio qualifica de desleixada atitude de Thomaz Bastos

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), classificou como desleixada a atitude do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com relação ao acompanhamento das investigações sobre as contas no exterior do publicitário Duda Mendonça. Citando matéria da revista *Veja*, Virgílio disse que o ministro não se empenhou no bloqueio das contas nem se inteirou das atividades de uma subordinada sua, que teria tentado prejudicar as investigações.

Ainda com base na revista, o senador afirmou que Wanine Lima, coordenadora-geral do Departamento de Recuperação



Virgílio sustenta que faltou empenho para bloquear contas de publicitário

de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, teria procurado autoridades americanas para convencê-las a não permitir o acesso dos investigadores brasileiros às informações sobre Duda nos Estados Unidos. O publicitário admitiu, em depoimento à CPI dos Correios, que recebeu em conta no exterior parte do pagamento por seus serviços prestados ao PT nas eleições de 2002.

Em carta, Alencar rebate acusação feita por revista

Romeu Tuma (PFL-SP) leu carta em que o vice-presidente da República, José Alencar, se defende de acusações da revista *Veja*, em matéria intitulada “Um vice cara-de-pau”, publicada em dezembro. Na carta, Alencar diz não encontrar razões de interesse jornalístico que pudessem levar uma revista “do quilate de *Veja*” a construir a matéria.

O vice-presidente nega a acusação de que teria sido o responsável pelo ingresso do empresário Marcos Valério no governo Lula. Valério é acusado de operar o suposto esquema do mensalão. “Eu não o conheço. Gostaria de



Romeu Tuma leu correspondência do vice-presidente contestando *Veja*

saber de onde saiu essa notícia e quem é o responsável por essa informação”, afirma.

Em outro ponto da carta, Alencar pergunta o que fez para merecer os adjetivos de “cara-de-pau”, “contraditório” e “hipócrita”, dados a ele pela revista. O texto acusa a Coteminas, empresa de sua família, de ter recebido empréstimos a juros subsidiados.

Projeto de Heloísa amplia ofensiva contra corrupção

O projeto de lei do Senado que cria novos mecanismos para o controle das atividades dos agentes públicos com o intuito de coibir a corrupção pode ser incluído na pauta da convocação, anunciou a autora da proposta, senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Ela informou que os líderes partidários e o presidente do Senado, Renan Calheiros, concordaram com a inclusão, faltando apenas a aquiescência do presidente da Câmara, Aldo Rebelo.

De acordo com o projeto, os ocupantes de cargos públicos deverão disponibilizar suas declarações anuais de renda durante três anos depois de deixarem a função



Heloísa Helena acredita que proposta será incluída na pauta da convocação

ou mandato. Nesse período, eles perderiam o sigilo bancário.

Ramez Tebet (PMDB-MS) enfatizou, em aparte, que os agentes públicos têm responsabilidade com a sociedade, de forma que não poderiam invocar direito a sigilo bancário. Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou projeto de sua autoria prevendo mecanismos contra a lavagem de dinheiro e a corrupção.



Para Paulo Paim, projeto pode elevar qualificação e competitividade

Paim defende fundo para ensino profissional

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem projeto de lei de sua autoria (PLS 274/03) que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). Para ele, o fundo ajudaria na geração e manutenção de emprego e renda, no combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais e elevaria a produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Paim explicou que os recursos do Fundep viriam do Imposto de Renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outras fontes já previstas no Orçamento da União, sem implicar majoração de tributos.

Renan recepciona ministro da Tunísia

A pedido do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu em audiência o ministro das Relações Exteriores da Tunísia, Abdelwahab Abdallah, que estava acompanhado do cônsul honorário, Heinz Huyer.

Renan e Abdallah conversaram sobre a crise política no Brasil, gerada pelo uso de caixa dois nas campanhas eleitorais. Renan explicou ao ministro como funciona o sistema bicameral no Brasil e Abdallah manifestou espanto pelo poder que o Senado brasileiro tem. Ele disse que, na Tunísia, o Senado nem sequer tem a iniciativa de propor leis, uma função exclusiva da Câmara dos Deputados.

Segundo o senador, o Exército brasileiro, com tropas mal pagas e sem estrutura material, não está preparado para os problemas que enfrenta no comando das forças que buscam pacificar o país

Forças de Paz não cumprem objetivos no Haiti, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que as Forças de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) não estão atingindo os seus objetivos na ocupação do Haiti. Ele afirmou que não existe um projeto consistente para ajudar a desenvolver o país e auxiliar a população e cobrou das nações ricas uma ajuda mais efetiva.

– As coisas estão piorando por lá e não sabemos quando poderemos voltar – disse Tebet, observando, no entanto, que apesar das dificuldades enfrentadas no Haiti, as tropas brasileiras não podem ser retiradas agora.

Tebet ponderou que o Exército brasileiro não estava preparado para os problemas que enfrenta-



Ramez Tebet acredita que, apesar das dificuldades, as tropas não podem voltar

ria. Ele acrescentou que as tropas são mal pagas, desprovidas de boa estrutura material e dispõem de armamentos ultrapassados. O senador também lembrou que o Brasil tem problemas internos cuja resolução demanda a par-

ticipação do Exército, como a segurança das fronteiras.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) recordou que havia votado contrariamente ao envio das tropas brasileiras ao Haiti. Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que o Brasil está à frente de um papel inglório. Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a decisão de enviar o Exército para aquele país foi tomada “de sopetão”.

Desde agosto de 2004 o Brasil mantém 1.200 soldados no Haiti, onde comanda as Forças de Paz da ONU. O país caribenho foi ocupado em razão dos distúrbios sociais iniciados com a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide.

Senador recebe título de professor *honoris causa*

A Mesa do Senado acatou ontem requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que concede o título de professor *honoris causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A Unilegis, mantida pelo Senado, começou a funcionar durante a gestão de Tebet como presidente da Casa, em 2002.

Antero Paes de Barros explicou que apresentou o requerimento a pedido de um grupo de funcionários da Unilegis e que se entusiasmou pela idéia por considerar o homenageado “uma figura ética e de produção legislativa exemplar”.

– O Brasil, para sair de onde está, precisa ter mania de educação. E a construção da Universidade do Legislativo contribui muito para que o Brasil tenha mania de educar – elogiou o senador.

– Eu, na minha vida pública,

tive a honra de conhecer grandes homens públicos, mas nenhum com envergadura maior que o senador Ramez Tebet. Tenho muita honra de ser seu amigo pessoal, seu irmão – disse o presidente do Senado e reitor da Unilegis, Renan Calheiros.

O primeiro-secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), lembrou que Tebet foi o “grande incentivador” do projeto da Unilegis, “a primeira universidade do Legislativo no mundo”.

Também usaram a palavra para apoiar a homenagem outros 36 senadores: Ney Suassuna (PMDB-PB), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), Osmar Dias (PDT-PR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Heráclito Fortes (PFL-PI), Romeu Tuma (PFL-SP), Flávio Arns (PT-PR), Marcelo Crivella (PMR-RJ), Heloísa Helena (PSOL-AL), Aloizio Mercadante (PT-SP), Patrícia Sa-

boya (PSB-CE), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Marco Maciel (PFL-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Leonel Pavan (PSDB-SC), Mão Santa (PMDB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Amir Lando (PMDB-RO), Aelton Freitas (PL-MG), Pedro Simon (PMDB-RS), Magno Malta (PL-ES), João Batista Motta (PSDB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Delcídio Amaral (PT-MS), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Serys Slesarenko (PT-MT), Tião Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Valdir Raupp (PMDB-RO), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Os discursos lembraram a biografia política, o caráter conciliatório de Tebet e o seu importante papel quando presidente do Senado.

Orçamento discute relatório setorial da Educação

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discutiu ontem o relatório setorial da área de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte, apresentado pelo deputado Wasny de Roure (PT-DF), que informou sobre a redução de 4,3% na dotação orçamentária para o setor em relação ao Orçamento de 2005. Somente a educação perderá R\$ 649 milhões.

Vários parlamentares criticaram o texto, por atribuir peso considerado excessivo a emendas de comissão em detrimento das emendas de bancada. O deputado Cláudio Cajado (PFL-BA) manifestou sua preocupação com a falta de controle da destinação dos recursos das emendas de comissão.

– Essas emendas não têm destinação específica e tenho convicção de que os R\$ 232 milhões nelas alocados serão direcionados conforme desejar o titular do momento da pasta do ministério responsável – alertou.

A discussão será retomada em reunião da comissão às 14h30 de hoje. Até o momento, dos dez relatórios apenas o de Agricultura foi aprovado.

Compositores pelo direito autoral

Compositores e representantes de associações musicais reuniram-se ontem com vários senadores para protestar contra o Projeto de Lei 532/03, que extingue a cobrança de direitos autorais sobre as trilhas sonoras na exibição de filmes, fixando o pagamento apenas na etapa de produção da obra.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) falou sobre os objetivos do projeto. Para o parlamentar, autor da proposta, a valorização do cinema brasileiro é primordial.

– Não podemos esquecer que 90% dos filmes exibidos no Brasil são de origem estrangeira. São necessárias atitudes que melhorem e valorizem o cinema brasileiro – disse.



Magno Malta: é preciso “reverter o regime de exceção na segurança pública”

Magno Malta sugere comissão permanente para a segurança pública

O senador Magno Malta (PL-ES) sugeriu a criação de comissão permanente do Senado com o objetivo de propor instrumentos mais eficazes para o combate à violência. O órgão, na avaliação do senador, poderia contribuir para “reverter o verdadeiro regime de exceção na segurança

pública que vive o país”.

– Não é mais tolerável conviver com tanta violência – disse ele, depois de citar manchetes de jornais do Espírito Santo sobre crimes ocorridos diariamente naquele estado, frisando que isso acontece em todo o país.

Magno Malta referiu-se ainda

a matérias colocadas em pauta para a convocação extraordinária do Congresso. Ele afirmou que a proposta que cria a Timemania – uma nova aposta na Loteria cujos recursos serão destinados aos clubes de futebol, já aprovada na Câmara dos Deputados – não terá o seu voto por não ser

relevante.

– Além do mais, só destina 3% dos recursos arrecadados com a jogatina para as Santas Casas de Misericórdia. É pouco. Os times de futebol que pagam milhões por jogadores e depois se endividam que resolvam seus próprios problemas – disse.



Bornhausen: governo criou cargos sem que Congresso apreciasse a necessidade

Bornhausen critica criação de cargos "na carona" da MP 269

Em discurso pela liderança do PFL feito ontem, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou a inserção pelo governo, na Medida Provisória 269, da criação de cargos em diversos órgãos governamentais, além daqueles previstos para a agência reguladora da aeronáutica civil, recém-criada em projeto aprovado pelo Senado. O governo teria feito isso,

no final de 2005, sem qualquer apreciação pelo Congresso da necessidade desses cargos.

Bornhausen disse que "na carona" da MP 269 está prevista a criação de 400 cargos de diplomata, já preenchidos sem que o Legislativo se manifestasse; 400 cargos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi); 580, no Instituto de Metrologia,

Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro); e mil cargos na Fundação Oswaldo Cruz. Também foram criados, acrescentou, 138 cargos em comissão e outras 53 funções gratificadas. Essa medida, afirmou Bornhausen, "no apagar das luzes do governo Lula" representa mais despesas, numa demonstração de insensibilidade do governo

e do inchaço da máquina pública.

O senador por Santa Catarina ainda registrou, satisfeito, os cem anos de existência do grupo têxtil catarinense Malwee, ressaltando que essa empresa tem contribuído para a geração de emprego e renda, respeitando o meio ambiente e demonstrando grande responsabilidade social.

José Jorge: quitação de dívida com FMI é decisão eleitoreira

O pagamento da dívida brasileira junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), um dos temas do pronunciamento feito na noite de segunda-feira em cadeia nacional de rádio e televisão pelo presidente Lula, foi considerado por José Jorge (PFL-PE) uma medida que objetiva viabilizar a reeleição de Lula. O senador disse que, na prática, o Brasil trocou dívidas em dólar com custo anual em torno de 8% por outras em reais que custarão o dobro.

José Jorge lembrou que até o ano de 2001 o presidente Lula e o PT discursavam contra o FMI e exigiam dos governantes da época uma completa auditoria da dívida. Utilizando-se de *slogans* como "Fora FMI e fora FHC", o PT, recordou o senador, posicionava-se contra o pagamento da dívida e dizia que o país não poderia se submeter às exigências dos banqueiros internacionais.

– O partido, ao chegar ao poder, esqueceu-se dessas promessas e quitou a dívida com o FMI, o que quer dizer que reconhece os valores como sendo válidos – afirmou José Jorge.

A ausência, no pronunciamento de Lula, de temas como corrupção, segurança pública e o andamento das CPIs que investigam setores do governo foi sentida pelo senador. Para José Jorge, o presidente ocupou o espaço nas emissoras de rádio e TV para divagar sobre indicadores que poderão posteriormente ser utilizados durante a campanha.



José Jorge lembra que até 2001 Lula e o PT discursavam contra o FMI

Rigotto representa a "segunda via" para a presidência, diz Simon

Senador avalia que, com registro das candidaturas do governador do Rio Grande do Sul e de Anthony Garotinho para concorrer pelo PMDB, partido entrou na disputa para governar o país

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) subiu à tribuna para anunciar o registro da candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, a uma vaga para disputar a Presidência da República pelo PMDB. O ato está marcado para hoje, às 16h, na executiva do partido, na Câmara dos Deputados. Ao elogiar o desempenho de Rigotto à frente do seu estado, Simon lembrou que, com o registro do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, feito há poucos dias, o PMDB definitivamente entrou na disputa para governar o país.

– Teremos candidato próprio. E não acredito que Rigotto represente a terceira via, como a imprensa tem comentado, mas sim a "segunda via", porque tanto Fernando Henrique Cardoso não representou a social-democracia quanto Lula não representou a esquerda – afirmou.

Simon recordou momentos históricos do PMDB, que, segundo



Simon elogia desempenho de Rigotto como governador do Rio Grande do Sul

sua análise, poderia ter governado o Brasil de forma efetiva já no governo José Sarney, mas errou ao não indicar o então deputado Ulysses Guimarães naquela ocasião.

– O PMDB não é partido de reboque nem do PT nem do PSDB, nem de nenhum outro partido. Nós temos candidatos e a sigla atravessa seu maior momento. Hoje, o PMDB está em primeiro

lugar no Rio Grande do Sul e detém o maior número de mandatos no país – disse.

Para o senador, Germano Rigotto já demonstrou "competência, seriedade e honorabilidade". No seu entendimento, ele lutará pelo pacto federativo, "visando ao equilíbrio econômico dos estados".

– O governador tem percorrido o Brasil e recebido carinho e admiração. Além disso, nós sabemos que em 2006 haverá um debate mais sério. Serão avaliados os oito anos da social-democracia de Fernando Henrique Cardoso, o homem culto de quem se esperava mais, e também os quatro anos do PT de Lula, que frustrou a população até agora – assinalou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) observou que os candidatos que o PMDB apresentará para a disputa "têm suas peculiaridades, mas representam a vontade dos peemedebistas de todo o território nacional".

Almeida Lima defende realização das prévias do PMDB em março

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) defendeu ontem a realização das prévias pelo PMDB, marcadas para 5 de março, e a escolha de candidato próprio para as eleições presidenciais. Ele criticou declaração feita pelo senador José Sarney (PMDB-AP) ao jornal *O Globo*, publicada ontem, de que a realização das prévias em março seria um erro político.

Almeida Lima salientou que o partido tem o maior número de

governadores, a maior bancada do Senado e a segunda da Câmara, mas "está a reboque do PT, que dá o pior exemplo à sociedade brasileira".

– O PMDB não pode mais continuar como um partido caudatário, a reboque de outros partidos que não têm a mesma dimensão histórica – disse o senador.

O representante do estado de Sergipe citou, como possíveis candidatos, os governadores Roberto Requião (Paraná), Germano



Para Almeida Lima, partido não pode continuar a reboque de outras legendas

Rigotto (Rio Grande do Sul) e Jarbas Vasconcellos (Pernambuco), o ex-governador Anthony Garotinho do Rio de Janeiro e Pedro Simon (PMDB-RS), mas deu ênfase ao governador gaúcho.



Alvaro Dias: segundo dados do Siafi, ministérios não aplicaram recursos

Alvaro Dias aponta falta de investimentos

Em pronunciamento proferido na sessão plenária de ontem, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a falta de investimentos internos no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

De posse de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) sobre a execução orçamentária nos últimos três anos, o parlamentar lastimou "a incompetência da administração do PT", ressaltando que, enquanto os investimentos caíram de R\$ 22 bilhões em 2001 para R\$ 11 bilhões em 2004, as despesas com custeio da máquina administrativa aumentaram mais de 20% de 2003 para 2004.

– Na demonstração financeira do Siafi, encontramos um quadro desolador – disse o senador, citando os investimentos realizados em alguns ministérios.

Segundo os números mencionados por Alvaro Dias sobre a gestão orçamentária para 2005, no Ministério da Educação, de uma dotação autorizada de R\$ 1,1 bilhão, apenas 30% foi efetivamente realizado. No Ministério da Saúde, frisou, de um montante de R\$ 2,5 bilhões, somente 9% dos recursos foram empregados no setor. O Ministério dos Transportes investiu, no mesmo período, apenas 29% dos R\$ 6,5 bilhões que lhe foram destinados, afirmou o senador, "sendo impelido a fazer obras de tapa-buracos nas estradas para salvar a reeleição do presidente Lula".